

UNIVERSIDADE, DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E EDUCAÇÃO DO CAMPO NO VALE DO JAGUARIBE

*Sandra Maria Gadelha de Carvalho (UECE)**

<http://orcid.org/0000-0002-0759-2788>

*José Ernandi Mendes (UECE)***

<http://orcid.org/0000-0001-5253-1565>

*Jamira Lopes de Amorim (UFERSA)****

<http://orcid.org/0000-0002-2741-919X>

RESUMO

O objetivo do trabalho é analisar as reverberações, no território do Vale do Jaguaribe, repercutidas desde projetos de educação do campo, desenvolvidos por docentes e estudantes da Universidade Estadual do Ceará (UECE), nas dimensões do ensino, pesquisa e extensão. Tendo-se por base as dissertações, monografias e teses de doutorado sobre a região, a partir de 2008, cujos objetos de investigação abordam tanto a educação do campo, quanto o desenvolvimento territorial, e se constituíram a referência de análise do trabalho, constatou-se que as ações de educação do campo em parceria com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nesta região fortaleceram a luta pela terra, a organização política e produtiva. Dessa forma, influenciam no redesenho do território, tanto no que concerne ao fortalecimento da agricultura familiar, quanto ao da transição agroecológica e do acesso à educação, reverberando no projeto de formação docente e na ampliação da própria Universidade.

Palavras-chave: Educação do campo. Desenvolvimento territorial. Vale do Jaguaribe. MST. UECE.

ABSTRACT

UNIVERSITY, TERRITORIAL DEVELOPMENT AND RURAL EDUCATION IN THE JAGUARIBE VALLEY

This paper aims at analyzing the reverberations, in terms of teaching, research and extracurricular activities, of rural education projects developed in the Vale do Jaguaribe region by teachers and students of the State University of Ceará (UECE). As reference for analysis of the present work served dissertations, monographs and doctoral theses on the region since 2008, with research objects

* Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Fortaleza, Ceará, Brasil. E-mail: sandra.gadelha@uece.br

** Doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Fortaleza, Ceará, Brasil. E-mail: ernandi.mendes@uece.br

*** Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professora da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). Mossoró, Rio Grande do Norte, Brasil. E-mail: jamira.lopes@ufersa.edu.br

addressing both rural education and territorial development. As a result it was found that rural education actions in partnership with the local Landless Rural Workers Movement (MST) strengthened the struggle for land, as well as the political and productive organization. In this way, they influence the redesign of the territory with regard to boosting family farming, the agroecological transition and access to education, and even reflect on the project of teacher training and the expansion of University itself.

Keywords: Rural education. Territorial development. Jaguaribe Valley. MST. UECE.

RESUMEN

UNIVERSIDAD, DESARROLLO TERRITORIAL Y EDUCACIÓN RURAL EN EL VALLE DE JAGUARIBE

El objetivo del presente trabajo es analizar las reverberaciones, en el territorio de Vale do Jaguaribe, reflejadas a partir de proyectos de educación rural, desarrollados por docentes y estudiantes de la Universidad Estadual de Ceará (UECE), en las dimensiones de docencia, investigación y extensión. Disertaciones, monografías y tesis doctorales sobre la región desde 2008, cuyos objetos de investigación abordan tanto la educación rural como el desarrollo territorial, se convirtieron en referencia de análisis para este artículo. Encontró-se que las acciones de educación rural en alianza con el Movimiento de Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST) de la región fortalecieron la lucha por la tierra, así como la organización política y productiva. De esta manera, inciden en el rediseño del territorio en lo que se refiere al estímulo de la agricultura familiar, la transición agroecológica y el acceso a la educación; además, tienen sus repercusiones también en el proyecto de formación docente, y en la expansión de la propia Universidad.

Palabras clave: Educación rural. Desarrollo territorial. Valle de Jaguaribe. MST. UECE.

Introdução

A Universidade Estadual do Ceará (UECE) foi fundada em 1975 e conta, atualmente, com três *campi* na cidade de Fortaleza, sendo sua sede administrativa no *campus* do Itaperi, e ainda oito *campi* em várias regiões do estado do Ceará, no Nordeste brasileiro. Segundo Leal (2017), foi a primeira universidade estadual do Norte e Nordeste, e quando de sua constituição incorporou a Escola de Administração do Ceará, a Faculdade de Veterinária do Ceará, a Faculdade de Filosofia do Ceará e a Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFIDAM), entre estas, a única situada no interior do Estado.

Leal (2017) afirma que a fundação da FAFIDAM foi uma iniciativa do então Bispo Dom Aureliano Matos, à frente da Diocese do Município de Limoeiro do Norte, situado no Vale do Jaguaribe, tendo sido inaugurada em 8 de agosto de 1968 pelo então governador do estado do Ceará, o Coronel Virgílio Távora. Portanto, só foi incorporada à UECE em 1975, e ao longo de mais de 50 anos de sua existência constitui-se como Faculdade de Formação de professores, com um total de nove cursos de licenciatura, a saber: Pedagogia, História, Geografia, Letras Português, Letras Inglês, Química, Biologia, Física e Matemática.

As atividades de pesquisa e extensão se desenvolvem mais fortemente a partir dos anos de 1990, após o Plano Institucional de Capacitação Docente, que estimula os docentes a realizarem Cursos de Mestrado e Doutorado. Em 2013, com o Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino (MAIE), primeiro mestrado acadêmico do interior do estado na área de Educação, se expande a atividade de pesquisa.

As atividades de extensão, todavia, não se expandem no mesmo ritmo da Pesquisa e Ensino, estando até o final da década de 1990, relacionadas a iniciativas pontuais de alguns/algumas professores(as). Essa realidade se transmutaria a partir da instituição do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), instituído em 1998. Embora alguns docentes da UECE tenham apresentado projeto de alfabetização de adultos e obtido aprovação pela então Comissão Pedagógica Nacional do referido Programa, por motivos de ordem burocrática, de acordo com Gadelha de Carvalho (2006), ele só será efetivado na UECE em 2005, tendo entre os proponentes e coordenadores os docentes da FAFIDAM. Será através da Educação do Campo, especificamente do PRONERA, que se iniciará um trabalho extensionista com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), desses e dessas docentes, envolvendo estudantes na região jaguaribana. A ele seguiram-se outros projetos educativos na perspectiva da Educação do Campo, fortalecendo as relações entre universidade e movimentos sociais, mas também remodelando o território.

Neste trabalho tem-se como objetivo analisar as reverberações, no território do Vale do Jaguaribe, repercutidas desde projetos de educação do campo, desenvolvidos por docentes e estudantes da FAFIDAM/UECE, nas dimensões do ensino, pesquisa e extensão. Assim, cabe indagar: como a Universidade pública, por meio de uma ação que envolve a práxis educativa, em diálogo com os movi-

mentos sociais, pode contribuir para imprimir mudanças no território onde atua? Para tanto, tomou-se por base as dissertações, monografias e teses de doutorado sobre a região, a partir de 2008, cujos objetos de investigação abordam tanto a educação do campo, quanto o desenvolvimento territorial, e se constituíram a perspectiva de análise do trabalho, para a qual tomou-se como referência o método dialético, em que as categorias de totalidade, contradição e mediação permitem captar tensões e estratégias de enfrentamentos presentes no território e os múltiplos determinantes da questão em pauta.

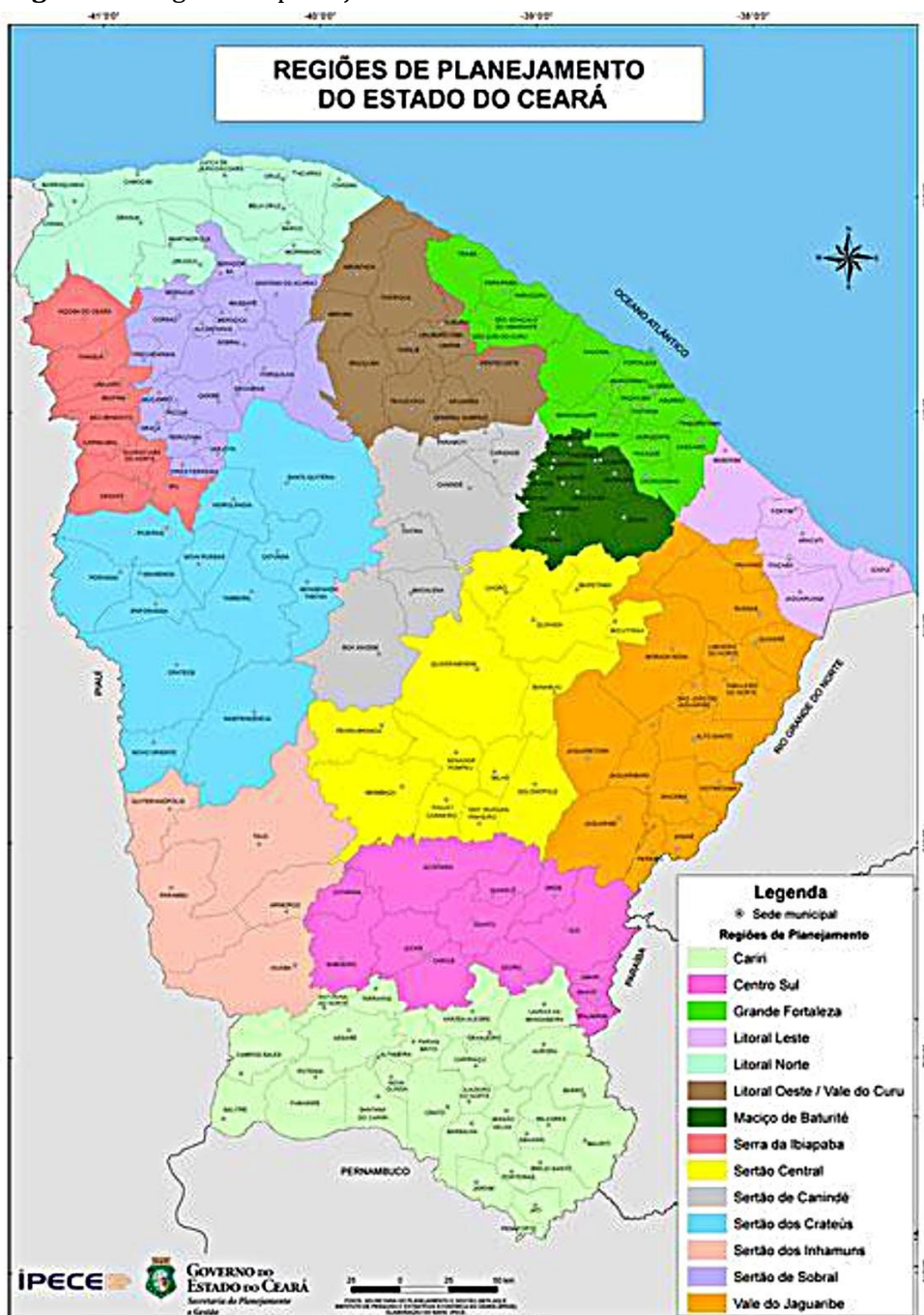
A exposição da temática parte de uma fase inicial em que se contextualiza a atuação da UECE na região jaguaribana, seguindo-se da discussão da educação do campo e o desenvolvimento territorial e, por fim, enfocando as atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas na dimensão da Educação do Campo e diferentes interfaces desta no contexto da FAFIDAM/UECE, especificamente no que tange ao Laboratório de Estudos do Campo (LECAMPO) e ao Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino (MAIE). Espera-se contribuir para uma análise crítica à compreensão das contradições no modelo de desenvolvimento territorial no campo, muito propalado atualmente no Brasil, calcado somente em dividendos monetários advindos de transações vultosas por exportação de *comodities* do agronegócio (LEHER, 2011). Nesse momento político em que enfrentamos na conjuntura nacional o Governo do Presidente Jair Bolsonaro, iniciado em 2019, considerado de caráter profascista (FONTES, 2019; MENDES et al, 2021), com ações de criminalização dos movimentos sociais e ataques à educação e ao ensino superior público, o artigo evidencia as contribuições que podem advir de um diálogo firmado em um trabalho conjunto da Universidade pública com sujeitos coletivos organizados, visando a uma vida digna para todas e todos os camponeses no território onde residem.

Contextualização das lutas no Vale do Jaguaribe e a inserção da UECE

O estado do Ceará tem uma área de 148.886,3 km², correspondendo a pouco mais que a área da Inglaterra. O estado se divide em 14 Regiões: Cariri, Centro-Sul, Grande Fortaleza, Litoral Leste, Litoral Norte, Litoral Oeste / Vale do

Curu, Maciço de Baturité, Serra da Ibiapaba, Sertão Central, Sertão de Canindé, Sertão dos Crateús, Sertão dos Inhamuns, Sertão de Sobral e Vale do Jaguaribe (Figura 1). A constituição destas regiões foi realizada a partir de aspectos semelhantes vinculados às “características geoambientais, socioeconômicas, culturais e de rede de fluxos dos municípios” (INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ, 2007).

Figura 1 – Regiões de planejamento do estado do Ceará



Fonte: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (2007).

Figura 2 – Região do Vale do Jaguaribe



Fonte: Organizado por Freitas (2010), a partir de mapas do IPECE e INPE.

A região do Vale do Jaguaribe (Figura 2) faz divisa com o estado do Rio Grande do Norte na sua porção mais ao leste. Ela se divide em três microrregiões: Alto, Médio e Baixo Jaguaribe. A região do Baixo Vale do Jaguaribe, no estado do Ceará, caracterizada pelas ricas, fecundas e cobijadas terras, é um exemplo emblemático de dois projetos em disputa no campo brasileiro. Trata-se de um contexto que o capital investe contra o modo de vida das populações tradicionais, emergindo contradições e práxis educativas de sujeitos diversos, inclusive das universidades públicas.

O Governo do estado do Ceará criou o Programa Cearense de Agricultura Irrigada (PROCEAGRI), o qual incentiva a ocupação da Chapada do Apodi por grandes empresas nacionais e internacionais voltadas para a fruticultura de exportação. O incentivo se aprofunda com isenção integral de impostos ao comércio de agrotóxicos, facilitando a generalização de seu uso e, por conseguinte, a contaminação do

ar, do solo e da água, inclusive do subsolo do aquífero Jandaíra, na fronteira com o vizinho estado do Rio Grande do Norte.

Esses problemas atingem as comunidades rurais do entorno dos projetos públicos de irrigação, espaços pelos quais o agronegócio tem se expandido, tornando-se uma ameaça constante aos agricultores familiares e camponeses da região, à sua cultura e ao seu modo de vida (FREITAS, 2010, 2011; PONTES et al., 2013; RIGOTTO, 2011).

Feijão, milho, mandioca e arroz são culturas produzidas, principalmente, pelos camponeses para atender ao mercado interno, em condições bastante precárias, em razão da quase inexistência de apoio do Estado, cujas políticas se endereçam aos grandes empresários do agronegócio. Enquanto as frutas, produzidas de forma predominante pelo agronegócio, em geral, são destinadas à exportação. Com estes o Estado é por demais benevolente, facilitando o acesso à terra, valendo-se inclusive de arti-

fícios (i)legais ao crédito (DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA A SECA, 2009). Os abusos da facilidade a este modelo de produção se materializam em incentivos fiscais, com a construção de legislações específicas e surreais, como é o caso da isenção de ICMS, IPI, COFINS e PIS/PASEP para atividades envolvendo agrotóxicos (GADELHA DE CARVALHO; MENDES, 2014).

As comunidades da Chapada do Apodi, nos municípios de Limoeiro do Norte e Quixeré, dentre elas a do Tomé, que sobreviviam da prática da agricultura e comércio familiar, sujeitas aos mecanismos de hegemonia do agronegócio, inclusive a ideologia neodesenvolvimentista e seus mitos de mais dinheiro e mais emprego, veem a grande propriedade moderna invadir seus territórios de subsistência, dando uma nova e estranha configuração agrária à região. As terras públicas são gradativamente ocupadas pelo agronegócio, que conta com as benesses do Estado por meio de incentivo direto ou omissão nos processos de transgressão da lei tanto na posse da terra quanto, posteriormente, no uso abusivo de agrotóxicos, que provoca o envenenamento da água e, por conseguinte, dos moradores da Chapada.

A lógica de mercado avança com seus tentáculos contra as necessidades básicas da população. Nas escolas das comunidades da Chapada, o caráter destrutivo não poupa nem as crianças. A omissão dos governos municipais e estadual admitem que as crianças se submetam à desumanidade de beber água contaminada das torneiras.

Na Chapada, dada a pouca tradição democrática dos municípios envolvidos, a construção do consenso na sociedade anda lado a lado com a coerção e a opressão. Neste caso, a pedagogia do opressor alcança eficácia no clima de violência e construção do medo quase generalizado que oprime a população das comunidades atingidas pelo agrotóxico. A sociedade civil local depara-se com um ambiente pouco democrático.

É nesse contexto que o líder comunitário, ambientalista Zé Maria Filho, morador da co-

munidade de Tomé, é assassinado no dia 21 de abril de 2010, por denunciar as diversas violências ocasionadas pelo modelo de desenvolvimento. Após o covarde e brutal assassinato, o agronegócio sente-se na ofensiva contra as populações tradicionais. Os trabalhadores e moradores da Chapada são intimidados a acatar o trágico fato, quanto às representações propaladas sobre as supostas virtudes do neodesenvolvimentismo. Dissemina-se a cultura do medo como arma de imobilização: medo do desemprego, medo de expressar-se sobre os efeitos dos agrotóxicos, medo de se unir a outros, medo de resistir e ter o mesmo fim de Zé Maria, do Tomé. O medo é um eficiente instrumento das elites, e sua pedagogia de opressor não se restringe a psique de cada indivíduo, porque se trata de um fenômeno social e político, que implica nas práticas sociais.

É nesse cenário que diversos sujeitos de diferentes instituições e entidades se reúnem para negar a inexorabilidade do real. Daí emergem manifestações e movimentos, despertando sujeitos sociais coletivos: agentes pastorais da igreja católica na região jaguaribana; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares (RENAP); sindicatos de trabalhadores da região; e professores das universidades, através do grupo Trabalho, Meio Ambiente e Saúde para a Sustentabilidade (TRAMAS) – núcleo de pesquisa da Universidade Federal do Ceará (UFC) –, e do Laboratório de Estudos da Educação do Campo (LECAMPO), vinculado a Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFIDAM) da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Estes sujeitos criaram um amplo movimento – Movimento 21 (M21) – que mantém acesas as denúncias realizadas pelo José Maria do Tomé. Como afirmou um trabalhador rural da Comunidade Tomé durante a Romaria dos Mártires: “Eles [o agronegócio] tiraram Zé Maria pensando que tudo se acabaria, mas a luta criou mais fervor. Assim como nós dissemos, o povo diz: ‘Zé Maria, presente. Sempre, sempre!’”. O número 21 na denominação do

Movimento é uma homenagem a sua memória, que alude a de 21 de abril de 2010, data em que foi assassinado.

A reunião prática dos movimentos sociais do campo, setores da igreja católica vinculados à teologia da libertação, organizações de esquerda, ambientalistas e pesquisadores das universidades públicas (UECE e UFC) representa a constituição de um sujeito coletivo, com práxis político-educativa de características peculiares, comprometido com a denúncia das “forças destruidoras” inerentes ao capitalismo contemporâneo e anúncio de uma práxis política e científica, como é o caso na perspectiva de uma sociedade ecossocialista. “O ecossocialismo é uma estratégia de convergência das lutas sociais e ambientais, das lutas de classe e das lutas ecológicas” (LÖWY, 2010, p. 231).

As universidades públicas colocam-se numa perspectiva de articulação com os sujeitos sociais muito importante para o fortalecimento das bandeiras políticas, econômicas e ambientais, na medida em que socializam o conhecimento científico que propicia um maior conhecimento da realidade. Não só a socialização do conhecimento, mas uma prática de cumplicidade nas lutas por justiça social e ambiental.

A Universidade Estadual do Ceará (UECE), que se expande por todo o estado do Ceará, inclusive na região do Vale do Jaguaribe, também terá importante papel nesta articulação. Nessa região, a UECE, representada pela Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFIDAM), terá docentes e discentes inseridos nesta dinâmica da realidade hegemônica pelo agronegócio e de movimentos sociais, os quais contestam o modelo de desenvolvimento e seus efeitos.

A Universidade Estadual do Ceará tem um caráter multicampi, sendo a única IES do estado a atender às demandas de suas diversas microrregiões, especialmente no que se refere à formação de profissionais para a Educação. São seis unidades acadêmicas consolidadas no sertão cearense: 1) Faculdade de Filosofia Dom

Aureliano Matos (FAFIDAM), em Limoeiro do Norte; 2) Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central (FECLESC), em Quixadá; 3) Faculdade de Educação, Ciências e Letras dos Inhamuns (CECITEC), em Tauá; 4) Faculdade de Educação de Itapipoca (FACEDI), no município de Itapipoca; 5) Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu (FECLI), localizada em Iguatu; 6) Faculdade de Educação de Crateús (FAEC), em Crateús. Em Fortaleza, o Campus Universitário ocupa cinco centros próprios e um campus em anexo, quais sejam: Centro de Educação (CED); Centro de Estudos Sociais Aplicados (CESA); Centro de Humanidades (CH); Centro de Ciências da Saúde (CCS); Centro de Ciências e Tecnologia (CCT); e Faculdade de Medicina Veterinária (FAVET).

A área da educação expressa uma vocação nata da UECE, responsável, em grande parte, pela formação de profissionais para o magistério, atendendo às demandas educacionais do estado do Ceará no âmbito da graduação e da pós-graduação. A FAFIDAM completa 53 anos de história em 2021, e tem grande contingente de estudantes de cursos regulares de graduação, abrangendo um raio de ação que atinge 16 municípios do Vale do Jaguaribe, dentre os quais: Limoeiro do Norte, Russas, Palhano, Jaguaruana (inclusa na Figura 2), Morada Nova, Itaiçaba, Tabuleiro do Norte, Quixeré, São João do Jaguaribe, Jaguaribara, Jaguaribe, Alto Santo e Iracema. Nos municípios de Jaguaretama, Potiretama e Pereiro estão localizados os alunos do FECOP/UECE. De acordo com o mapeamento realizado por Amorim (2019), até o ano de 2019 a FAFIDAM tinha mil e seis (1006) alunos regularmente matriculados, e dispunha de cento e dez (110) professores em seu quadro funcional (entre efetivos e substitutos). A instituição dispõe de seis (6) Laboratórios cadastrados no sistema da Universidade: Biologia, Física, Geografia (LAGEO), Matemática para a Formação do Educador, Química e Estudos de Educação do Campo (LECAMPO), e o Programa de Educação Tutorial (PET/História), que embora não esteja

cadastrado como um Laboratório, tem servido como tal (AMORIM, 2019).

Na região do Vale do Jaguaribe, no estado do Ceará, a presença do campus da Universidade Estadual do Ceará (UECE), a Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFIDAM), que há mais de cinco décadas forma docentes nas licenciaturas das áreas de Humanidades e de Ciências Naturais, agrega bagagem cultural e qualifica a ação educativa e pedagógica nas escolas e incentiva uma cultura de capacitação profissional na comunidade escolar e na sociedade.

O corpo discente da UECE/FAFIDAM caracteriza-se por evidente origem popular; em estudo realizado por Amorim (2019), a população estudantil da Universidade Estadual do Ceará (UECE) sobrevive em cenários de pobreza, pois os dados do Censo Discente de 2013 revelam que 44,3% dos alunos sobrevivem com renda de um (1) a três (3) salários mínimos, e 15,91% vivem em extrema pobreza, com renda de até um (1) salário mínimo. O perfil popular dos discentes demonstra que a Universidade está cumprindo em grande medida a sua função política e social de incluir setores historicamente invisibilizados, desvalorizados e excluídos da universidade pública. A Universidade, não obstante sua nítida influência positivista, cientificista e estrutura ainda elitista para a maioria do povo pobre, também se apresenta como um lugar do livre debate, do aprofundamento de ideias, da corajosa crítica e do conhecimento científico interessado em compreender a educação e as teias que a envolve, buscando o entendimento das múltiplas determinações do fenômeno educativo e apontando possibilidades transformadoras. Recantos da universidade aparecem como lócus de gestação de debates, referência da ciência crítica, da educação e da práxis transformadora, porque emerge o ato de conhecer, como também o ato de transformar.

É visível quanto a graduação e a pós-graduação da FAFIDAM conseguem gerar interações atravessadas pelas atividades de ensino, de pesquisa, de estudos, de debates e de extensão.

A interação se dá no compartilhamento de práticas vivenciadas por docentes e discentes nas suas práticas educativas no sistema educacional e na práxis social mais ampla.

Educação do campo e desenvolvimento territorial na região jaguaribana

Desde o processo de redemocratização, na década de 1980, os movimentos sindicais e sociais do campo recolocam na agenda política a necessária retaliação fundiária brasileira. A luta por este objetivo faz com que organizações como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), fundado em 1984, setores ligados à Comissão Pastoral da Terra (CPT), entre outros, passem a ocupar propriedades passíveis de desapropriação como forma de pressionar o Governo Federal.

A constituição e o grande aumento do número de assentamentos, fruto das lutas e consequentes desapropriações na perspectiva da Reforma Agrária, nas três últimas décadas, geraram um amplo debate acerca do futuro das zonas rurais brasileiras. Neste debate, os movimentos sociais e sindicais têm associado a conquista da terra a um projeto de desenvolvimento territorial em que, além das políticas agrícolas que fortaleçam a agricultura familiar, sejam reivindicadas condições dignas de vida, com acesso à educação, saúde, cultura e lazer, e respeito ao meio ambiente.

Para efeito deste trabalho, a noção de território aproxima-se da defendida por Fernandes (2007), que o problematiza contestando sua designação de espaço de governança, o identificando como espaço de relações de poder. Esclarece o referido autor: “temos territórios materiais e imateriais: os materiais são formados no espaço físico e os imateriais no espaço social a partir das relações sociais por meio de pensamentos, conceitos, teorias e ideologias” (FERNANDES, 2007, p. 8). Dessa forma, esclarece que a construção do território

material é resultado de uma relação de poder que é sustentada pelo território imaterial como conhecimento, teoria e ou ideologia” (FERNANDES, 2007, p. 8). Assim, defende Fernandes (2007) que há tensões e disputas, numa multiplicidade de territórios segundo as relações de poder que encerram. Dessa forma, as prospecções de desenvolvimento refletem estas relações e apresentam uma polifonia de significados dissonantes.

No Vale do Jaguaribe confrontam-se concepções de desenvolvimento territorial relativas às disputas entre o agronegócio e a agricultura familiar, que se materializam na luta pela terra, pois a instalação dos Perímetros Irrigados na Região levou à desapropriação de mais de 300 famílias de trabalhadores rurais, desde 1997 (FREITAS, 2010), bem como o *modus operandi* imprimido na produção agrícola, tendo em vista o uso massivo de agrotóxicos, maquinário pesado e sementes transgênicas para cultivo de monoculturas de frutas e milho, e sementes de soja para exportação. Já a produção da agricultura familiar nessa região, segundo Freitas (2018), preza pela diversidade de cultura e manutenção dos recursos ambientais. E embora uma parcela dos agricultores utilize agrotóxicos, o fazem em escala bem menor, premidos pela força impositiva das grandes agroindústrias e o desequilíbrio que causam no meio ambiente. Segundo constata essa autora, há uma outra parcela que busca a produção de transição agroecológica.

Nessa região, um outro modo de vida é defendido pelos movimentos sociais do campo, com presença marcante do MST. Almejam a Reforma Agrária popular, a preservação do meio ambiente, a transição agroecológica e ainda incluem no seu projeto de desenvolvimento políticas públicas para as condições de produção e a garantia dos direitos sociais como saúde, educação, lazer e atividades culturais. Essa busca que os mobilizou está na origem da proposta educativa da Educação do Campo, que se articula desde a sua origem

a um projeto popular de desenvolvimento e, em consequência, na demanda posterior pela garantia da mesma, no âmbito da FAFIDAM, como veremos a seguir.

A instituição da educação como direito de todos a ser promovida pelo Estado na Constituição Brasileira de 1988 corrobora o requerimento da sociedade brasileira, consequentemente, dos povos do campo, pela sua garantia enquanto tal.

Esse fato leva à rediscussão da educação para as zonas rurais. Alguns eventos marcam este debate: o I Encontro Nacional de Educação na Reforma Agrária (ENERA), em Brasília, em julho de 1997; a I Conferência Nacional da Educação Básica do Campo e a II Conferência Nacional por uma Educação do Campo, ambas ocorridas em Luziânia, Goiás, em julho de 1998 e agosto de 2004, respectivamente. Os documentos e publicações resultantes apresentam uma concepção inovadora ao afirmarem a necessidade de uma educação que não apenas ocorra no campo, mas que seja também “do campo” (FERNANDES; MOLINA, 2004), ou seja, contemple em sua proposta curricular a diversidade, os modos de vida, a cultura, as lutas e o trabalho dos povos que o habitam, sobretudo por articular-se a um projeto político e econômico de desenvolvimento popular para o Brasil, confrontando-o com as investidas do capital internacional através do agronegócio nas zonas rurais.

Nessa direção, Fernandes e Molina (2004), ao refletirem sobre os elementos constitutivos da educação do campo, elaboram esquema em que distinguem o campo do agronegócio da agricultura camponesa, identificam o paradigma da educação rural com o primeiro e a educação do campo com o segundo.

No contexto dessa disputa, iniciativas como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), instituído em 1998 pelo então Ministério Extraordinário de Política Fundiária (MEPF), hoje Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com o objetivo de assegurar escolaridade, desde a alfabetização, e até

recentes cursos superiores e de especialização a jovens e adultos em áreas de assentamento, sempre em parcerias com os movimentos e as universidades, expressam uma conquista destes sujeitos sociais, fortalecendo a nova proposta de Educação do Campo.

A dimensão política da pedagogia que ora se propõe para a educação do e no campo se evidencia quando há interação do coletivo envolvido para implementação da proposta que se constrói na sua práxis (GADELHA DE CARVALHO; PIO, 2017), mediante um planejamento pensado a partir da realidade e das necessidades dos sujeitos nela integrados, como propõe Freire (1984) quando advoga uma educação situada, crítica e possibilitadora do processo de conscientização.

Educação do Campo na FAFIDAM

Em que pese as conquistas no plano legal no âmbito das políticas públicas, efetivar tal proposta educativa tem significado enfrentar vários desafios. Três deles nos parecem centrais: a persistente negação ao acesso à educação nas zonas rurais; as exigências impostas a uma prática pedagógica diferenciada; o permanente enfrentamento político com o avanço do capital no campo brasileiro, fortalecido pelo atual governo de Jair Bolsonaro de forma exponencial. Nesse tocante, é preciso ressaltar os cortes drásticos de verbas para novos projetos do PRONERA e os contínuos contingenciamentos financeiros à educação pública e ao ensino superior, que originaram grandes mobilizações no Brasil, destacando-se o “Tsunami da Educação”, protagonizado por estudantes e professores universitários e da educação básica, ocorrido em 15 de maio de 2019.

Em referência à realidade educacional, segundo Comunicado nº 66 (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2010), a faixa da população brasileira com 15 anos ou mais de idade atingiu, em 2009, a média de cerca de 7,5 anos de estudos, todavia nas zonas

rurais esta média cai para 4,8 anos. Em se tratando de ensino médio, o referido documento mostra que “da população de 15 a 17 anos das zonas metropolitanas, 57,3% o frequentam, enquanto na zona rural essa taxa é de 35,7%, quase 21,6 pontos percentuais menor” (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2010, p. 21).

Quanto à prática pedagógica no meio rural no Ceará, Gadelha de Carvalho (2006) tem identificado currículos dissociados da realidade do campo e denunciado as péssimas instalações dos prédios escolares que desestimulam a continuidade da escolarização de crianças e jovens. Ademais, levados pela necessidade de sustentação familiar, não concluem seus estudos, abandonando-os pelo trabalho. Nessa realidade se impõe a necessidade de formação continuada dos professores e professoras e ampliação de políticas públicas eficazes na garantia do direito à educação.

Portanto, entre a realidade que nega e a noção do direito que mobiliza, os movimentos sociais do campo têm reagido ao fechamento das escolas no meio rural, enfim, pelo direito à educação, escolar ou não escolar. Contudo, incorporada a um projeto de campo que tenha vida, gente, cultura, escola, processos educativos para emancipação humana.

São conquistas dessa mobilização no Vale do Jaguaribe, segundo Gadelha de Carvalho e Mendes (2018) e Amorim (2019), os projetos de extensão no âmbito do PRONERA: dois de alfabetização e escolarização de jovens e adultos (2006-2008), com alfabetização e escolarização no primeiro semestre do ensino fundamental de mais de mil (1000) assentados e assentadas cada; o projeto “Magistério da Terra” (2006-2010), que formou 106 educadores; o projeto “Mais um passo na educação do campo” (2009-2011), de escolarização de jovens e adultos no II Segmento do ensino fundamental, que possibilitou que 180 jovens concluíssem o ensino fundamental. Os quatro projetos ocorreram por meio de parceria da UECE com o INCRA-Ceará, a Secretaria de Edu-

cação Básica do Estado do Ceará e o MST, por convênios assinados em 2005 e 2009.

Posteriormente, a partir de 2012, teve lugar na FAFIDAM a Turma de Licenciatura em Educação do Campo Zé Maria do Tomé, que possibilitou a colação de grau a 16 professores e professoras, para atuarem nas Escolas Rurais de Ensino Fundamental e Médio nas áreas de Língua Portuguesa e Ciências Naturais. Tal Curso de Licenciatura teve projeto aprovado no Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo) (BRASIL, 2008).

Todas essas iniciativas corroboraram para garantir o direito à educação à população assentada no Vale do Jaguaribe e em outras regiões do estado de onde os estudantes se deslocaram para os frequentarem, através da Pedagogia da Alternância. A formação de docentes tanto no Magistério como na Licenciatura permitiu incrementar a educação do campo na região, ampliando a escolarização de crianças, jovens e adultos dos assentamentos rurais e mesmo em Secretarias Municipais de Educação, em que foram aprovados em seleções e concursos. A elevação cultural da juventude favorece a elevação da escolaridade de um contingente maior de educandos e educandas, minorando índices de analfabetismo e estimulando iniciativas culturais como grupos de teatro, quadrilhas juninas, o gosto pela leitura, entre outras.

Essas iniciativas retroalimentam a própria Universidade, pois a extensão se amplia, no que tange ao ensino, quando muitos bolsistas de vários cursos de graduação acompanham e participam dos projetos e têm a oportunidade de refazerem suas concepções de mundo, se apropriando das teorias pedagógicas críticas e libertadoras (FREIRE, 1984), refletindo acerca dos movimentos sociais e reconstruindo suas concepções sobre a importância das ações coletivas que os mesmos empreendem na dinâmica social. E ainda anima a pesquisa pelos artigos e monografias produzidos, assim como dissertações no âmbito do MAIE, sobre

a educação e processos educativos em relação aos movimentos sociais na região e o direito à educação. Essa interação será mais detalhada no item a seguir.

Ensino pesquisa e extensão: o tripé do fazer universidade

O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão instituído por meio do Diploma legal da Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 207, é resultado de um conjunto de lutas, impasses e disputas anteriores ao período histórico dos anos oitenta do século XX. Numa rápida digressão, pode-se citar a Reforma Francisco Campos de 1931, seguida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961 – momentos em que a concepção de Universidade no país passava ainda por reformulações e experimentações, além de não conseguir enfrentar de forma frontal uma velha questão que se colocou desde a chegada da Coroa Portuguesa no Brasil, que é a problemática do financiamento e da relação público-privada no ensino superior brasileiro. A Reforma Universitária de 1968 teve, então, destaque no que concerne a ter estabelecido um “modelo único” que aboliu o regime de cátedras, instituiu o departamento como unidade mínima de ensino, institucionalizou a pesquisa e serviu para estruturar a carreira dos docentes. Desta forma, o modelo único de universidade se deu numa conjuntura de desenvolvimento de instituições e agências importantes para a consolidação de um campo científico no país, como é o caso da criação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SPB), dentre outras. O denominado tripé ensino, pesquisa e extensão constitui no Brasil um modelo de universidade, com qualidade socialmente referenciada e que, desde os anos de 1990, vem sofrendo com a reforma do Estado e a aplicação cada vez mais agressiva de políticas neoliberalizantes no con-

texto universitário. De acordo com Sguissard (2011), uma das principais reconfigurações do ensino superior no Brasil é o “desmonte do modelo único”. Desta forma, a FAFIDAM/UECE vem se destacando no campo científico na região do Ceará e no cenário nacional, pois a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é reconhecidamente um princípio que confere qualidade à formação universitária no Brasil. No caso em análise, é possível afirmar que a atuação dos professores pesquisadores, alunos de graduação e pós-graduação e os agentes coletivos pertencentes aos Movimentos Sociais, tanto ligados às lutas do campo como da cidade, vem trazendo significativas mudanças nos cenários conflitivos na disputa pela terra.

Laboratório de Estudos da Educação do Campo (LECAMPO)

O Laboratório de Estudos da Educação do Campo (LECAMPO), inaugurado formalmente no ano de 2008, vem se configurando como um espaço de confluências onde tem sido possível desenvolver práticas que envolvem campos disciplinares diferentes, como é o caso da Pedagogia e da Geografia, especialmente a Geografia Agrária – áreas disciplinares que vêm impulsionando a pesquisa e a produção científicas em torno da formação discente em nível de graduação e pós-graduação –, de modo que estas produções têm ancorado e problematizado uma discussão relevante sobre educação do campo e desenvolvimento territorial.

A região onde a Faculdade de Filosofia Dom Aureliano (FAFIDAM) está inserida é bastante estratégica, pois além de se constituir como uma espécie de “sede cultural”, com uma tradição de formação de professores claramente instituída no espaço-tempo de 1968 aos dias atuais, nessa região específica, denominada Baixo Jaguaribe, há a presença do modelo de produção pelo agronegócio, produção instituída na região há mais de duas décadas. Especificamente na Chapada do Apodi, Frei-

tas (2012) argumenta que há duas empresas atuando na manutenção da expansão da fronteira agrícola capitalista: a Fruta Cor – empresa nacional produtora de banana e mamão – e a transnacional Del Monte Fresh Produce Ltda. A presença destas empresas se faz por meio de garantias dadas pelo próprio Estado, seja na isenção de impostos, seja na fragilidade quanto às vitorias acerca do uso de equipamentos de proteção dos trabalhadores e omissão quanto à preservação do meio ambiente, o que se faz por uma política local de conveniência com empresários. A Fruta Cor, por exemplo, segundo Freitas (2012), não possui CNPJ, uma vez que é registrada em nome de pessoa física.

O encontro de temas e pesquisas vem ocorrendo por meio das práticas de extensão, que são elaboradas e praticadas desde 2008, quando foi criado o espaço físico do Laboratório de Estudos da Educação do Campo (LECAMPO). De acordo com Amorim (2019, p. 126):

A criação desse espaço propiciou a institucionalização progressiva das disciplinas ligadas à educação do campo, educação popular, educação de jovens e adultos, fomentando um espaço de práticas comuns entre agentes da FAFIDAM, no âmbito da extensão e, posteriormente, ligadas à produção da pesquisa.

A inserção de atividades extensionistas no Projeto Pedagógico de Curso (PPC/2009) do Curso de Pedagogia marcou como pedra fundamental na institucionalização da extensão como uma dimensão da própria organização curricular deste Curso de Pedagogia, colocando também em relevo a relação entre agentes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), alunos e professores da Universidade.

Dessa forma, tal como afirma Bezerra (2014), nessa região do Baixo Jaguaribe houve o encontro da “pesquisa com a violência”, fato que se consumou no ano de 2010, com a morte encomendada de um trabalhador camponês por parte de um empresário ligado ao agronegócio na cidade de Limoeiro do Norte, fato que já nos reportamos em outro momento do texto.

A partir de 2014, quando houve a aprovação do primeiro Programa de Extensão, que foi executado por docentes de discentes dos cursos de Pedagogia, Geografia e História, a produção científica envolvendo objetos/temas comuns teve aumento significativo. Além disto, a aprovação do Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino (MAIE) consolidou uma linha de estudos em “Trabalho, Educação e Movimentos Sociais” que, desde então, passou a congregiar um conjunto de pesquisas que envolvem Educação (formal e não-formal), desenvolvimento do território, Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo etc. Além disto, vale registrar que no conjunto de disciplinas vinculadas a essa Linha de Pesquisa se encontra a disciplina de “Educação do Campo”, que é também resultado de lutas anteriores que envolvem a Licenciatura em Educação do Campo, um projeto encampado pelo grupo de professores extensionistas.

Vale dizer que essas práticas são, ao mesmo tempo, marcadas como práticas de pesquisa, pois vêm constituindo e consolidando uma produção científica que ganhou força quando da junção de agentes de diferentes espaços. Assim, o grupo extensionista da FAFIDAM atua na produção de saberes e na reprodução do grupo que se consolidou ao longo de mais de uma década atuando de diferentes formas. Vale também registrar que:

A pós-graduação no contexto de uma universidade do interior, foi possível devido às ações desenvolvidas ao longo das últimas décadas – onde a ação extensionista foi decisiva para o amadurecimento de um campo de pesquisa e disciplinar na área de educação e Movimentos Sociais. Além disto, a pesquisa explícita que a distribuição dos capitais na estrutura da instituição pesquisada foi e é determinado no jogo e nas lutas que posicionam a FAFIDAM no campo universitário cearense e nacional. (AMORIM, 2019, p. 174).

Isso significa que os professores empenhados com o desenvolvimento da extensão e suas relações com o ensino e a pesquisa são “bons jogadores” no sentido de que possuem o senso

prático, ou o senso do jogo, ou seja, semelhante ao que se diz no senso comum, trata-se daquilo que pode ser chamado de “vocação”, que envolve tanto os repertórios individuais chamados de capitais culturais, quanto o conhecimento do funcionamento do campo onde se encontram inseridos.

Tal como afirma Amorim (2019), quando se reúne os fios que caracterizam e constituem a produção científica e as problemáticas sociais da região onde se encontra a FAFIDAM, é possível identificar que há um elemento fundamental na formação daquilo que essa autora denomina como “campo científico”; esse elemento fundamental à formação desse campo diz respeito à constituição de um grupo “socialmente reconhecido e portador de uma identidade social” (SILVA, 2007, p. 49).

O estudo realizado por Amorim (2019) apresenta um panorama da produção científica no espaço-tempo de 2013 a 2019, privilegiando a publicação de artigos completos e Resumos expandidos, e evidencia que as dinâmicas do LECAMPO que culminaram na implantação do Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino (MAIE) consolidaram uma prática bem integrada entre ensino, pesquisa e extensão. De 2013 a 2019 foram publicados dezessete (17) trabalhos na modalidade artigo completo, tendo sido destes somente dois (2) na modalidade Resumo expandido. Essa produção tem uma circulação significativa nos meios digitais e impressos no contexto acadêmico, em periódicos bem qualificados na área de Educação. Além destas, Amorim (2019) também localizou nove (9) dissertações do Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino (MAIE), com pesquisas envolvendo descritores como “Educação do Campo”, “Educação de Jovens e Adultos”, “Educação Popular”, “Escolas Rurais”, “Práxis”, “Pedagogia do Oprimido”.

Conclui-se que as práticas de extensão, bem consolidadas, aliadas ao ensino e à pesquisa, vêm colocando a FAFIDAM/UECE na dianteira de uma agenda científica engajada, com compromisso bem definido com as camadas popu-

lares, configurando no interior do Ceará uma instituição com autonomia relativa, com capital político, cultural, científico e social que ajuda a refratar imposições externas ao campo científico e acadêmico, em parceria com agentes dos Movimentos Sociais e da comunidade local.

Amorim (2019, p. 134) observa que “a partir do conjunto das disciplinas, publicações e práticas instituídas a partir do LECAMPO, é possível identificar a presença de um *habitus* coletivo, um *enjeux*”. Nesse sentido, essa autora destaca que:

Essa ‘comunhão de reciprocidades’ existente no grupo do Laboratório, além de constituir-se como ponto de identidades afins, lugar do ‘consensus’, em certa medida, também, é reforçada pela presença do *habitus* interiorano inscrito na ordem de todos os relacionamentos constituídos no espaço da FAFIDAM. (AMORIM, 2019, p. 135).

Assim, essa produção elaborada pelos agentes ligados diretamente ao LECAMPO e ao MAIE vem se caracterizando por sua regularidade, amadurecimento dos temas e sistematização de um conhecimento que se configura como disciplinar e interdisciplinar, uma vez que atravessa diferentes campos do saber. Além disto, essa produção se faz a partir de um movimento de práxis, pois é a conjunção da teoria com a prática, marcada pela existência de um grupo consolidado, como afirma Amorim (2019, p. 158): “[...] no mercado das trocas simbólicas na FAFIDAM, a relação pesquisa e extensão tem garantido relativo sucesso e visibilidade ao grupo, pois os agentes, que lideram essas atividades, gozam de capitais bem estruturados de longo prazo.”

Nesse sentido, pode-se afirmar que a FAFIDAM/UECE se constitui como um subcampo do campo universitário cearense; por meio de variados investimentos a instituição vem desenvolvendo uma performance que a situa como produtora e difusora de conhecimento.

Conclusão

As dissertações e teses que balizaram as análises expostas constataam que os processos

educativos têm incrementado o desenvolvimento territorial, alterando as relações de poder no território, à medida que fortalecem a agricultura familiar e conquistam marcos legais em confronto com o agronegócio. São exemplos dessa transformação a ocupação que ocasionou o Acampamento Zé Maria do Tomé e a publicação em 09 de janeiro de 2019 da Lei Estadual nº 16.820, denominada Lei Zé Maria do Tomé, que proíbe o uso do agrotóxico em todo o estado do Ceará (SILVA, 2019). A transição agroecológica, com feiras mensais na FAFIDAM e semanais no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Limoeiro do Norte, encorajara grupos de mulheres a organizarem-se para uma maior participação política e produtiva (GADELHA D ECARVALHO; SILVA; BARBOSA, 2020). Nesses processos, atesta Silva (2019) que as camponesas refazem a visão de si mesmas e do mundo, contra o patriarcalismo. Maria Oliveira (2016) e Diana Oliveira (2017) identificaram a juventude dinamizada pelo direito a uma escola de qualidade e permanência no campo. Foi ainda possível concluir que a transição agroecológica é um dos aspectos em disputa no território, posto as investidas das agroindústrias de imprimir e coagir os camponeses e assentados a adotarem o agrotóxico e insumos agrícolas. A resistência do campesinato é animada pelo MST e o M 21, afirmando-se que a Universidade pública, no caso a FAFIDAM/UECE, é um fator de desenvolvimento do território quando em articulação com a comunidade local e os sujeitos históricos.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Jamira Lopes de. **Reconfigurações do campo universitário no Brasil e suas repercussões em uma instituição periférica – FAFIDAM/UECE**. 2019. 197 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, 2019.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. Diacronias da violência no Baixo Jaguaribe (CE): marcas históricas e geográficas. **DATALUTA – Boletim da Luta**, Presidente Prudente, SP, n. 73, jan. 2014.

Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/boletimdataluta/boletim_dataluta_1_2014.pdf. Acesso em: 10 nov. 2020.

BRASIL, Ministério da Educação. **Edital nº 02, de 23 de abril de 2008**. Chamada pública para seleção de projetos de Instituições públicas de ensino superior para o PROCAMPO. Brasília, DF, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaodocampo/edital_n2_procampo.pdf. Acesso em: 02 out. 2020.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS (DNOCS). **Levantamento agroeconômico social do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi**. Relatório Técnico. Fortaleza, 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do território. SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA (SINGA), 3.; SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 4., 2007, Londrina. **Anais eletrônicos** [...]. Londrina: Universidade Estadual de Londrina (UEL), 2007. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/3artigodomes_2008.pdf. Acesso em: 15 out. 2020.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MOLINA, Mônica Castagna. O campo da educação do campo. In: MOLINA, Mônica Castagna; AZEVEDO, Sonia de Jesus (org.). **Por uma educação do campo**: contribuições para a construção de um projeto de educação do campo. Brasília, DF: UnB, 2004. p. 32-52.

FONTES, Virgínia. O núcleo central do governo Bolsonaro: o protofascismo. **Combate Racismo Ambiental**, 11 jan. 2019. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2019/01/11/o-nucleo-central-do-governo-bolsonaro-o-proto-fascismo-por-virginia-fontes/>. Acesso em: 04 out. 2020.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

FREITAS, Bernadete Maria Coelho. **Marcas da modernização da agricultura no território do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi**: uma face da atual reestruturação socioespacial do Ceará. 2010. 181 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, 2010.

FREITAS, Bernadete Maria Coelho. Marcas do agronegócio no território da Chapada do Apodi. In: RIGOTTO, Raquel Maria (org.). **Agrotóxicos, trabalho e saúde**: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE. Fortaleza: UFC; Expressão Popular,

2011. p. 144-165.

FREITAS, Bernadete Maria Coelho. **Campesinato, uso de agrotóxicos e sujeição da renda da terra ao capital no contexto da expansão da Política Nacional de Irrigação no Ceará**. 2018. 325 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2018.

GADELHA DE CARVALHO, Sandra Maria. **Educação do Campo**: Proneza, uma política pública em construção. 2006. 226 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, 2006.

GADELHA DE CARVALHO, Sandra Maria Gadelha de; MENDES, José Ernandi. Práxis educativa do Movimento 21 na resistência ao agronegócio. **Interface Journal**, v. 6, n. 1, p. 45-73, 2014. Disponível em: <http://www.interfacejournal.net/2014/06/interface-volume-6-issue-1-movement-pedagogies/>. Acesso em: 20 set. 2020.

GADELHA DE CARVALHO, Sandra Maria; MENDES, José Ernandi. Extensão e comunicação em práticas educativas com o MST no PRONERA-UECE: dilemas e aprendizados. In: FARIAS DE OLIVEIRA, Catarina; VIDAL, Márcia Nunes (org.). **Comunicação da Terra**: vivências e práticas comunicacionais do MST no Brasil. Fortaleza: Imprensa Universitária/UFC, 2018. p. 227-252. Disponível em: www.repositorio.2018_liv_cfoliveira.pdf. Acesso em: 25 set. 2020.

GADELHA DE CARVALHO, Sandra Maria; PIO, Paulo Martins. A categoria da práxis em Pedagogia do Oprimido: sentidos e implicações para a educação libertadora. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, DF, v. 98, n. 249, p. 428-445, maio/ago. 2017.

GADELHA DE CARVALHO, Sandra Maria; SILVA, Mila Nayane; BARBOSA, Lia Pinheiro. Enfrentamentos e aprendizados: a insurgência feminina no Acampamento Zé Maria do Tomé, Chapada do Apodi-CE. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 20, n. 67, p. 1808-1836, out./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogeducacioanl/article/view/27447>. Acesso em: 10 nov. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Comunicado do IPEA nº 66**: PNAD 2009 – primeiras análises: situação da educação brasileira – avanços e problemas. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/>

[images/stories/PDFs/comunicado/101118_comunicadoipea66.pdf](https://www.ipece.ce.gov.br/atlas/capitulo1/11/122.htm). Acesso em: 20 set. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). Ceará em mapas. Caracterização territorial. **Limites e regionalizações**. Fortaleza, 2007. Disponível em: <http://www2.ipece.ce.gov.br/atlas/capitulo1/11/122.htm>. Acesso em: 15 nov. 2020.

LEAL, Maria Patrícia Morais. **História e memória da FUNEDUCE e UECE**: entre narrativas e documentos oficiais. 2017. 131 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, 2017.

LEHER, Roberto. Crise capitalista, neodesenvolvimentismo e problemática ambiental. In: MENEZES, Ana Maria Dorta *et al* (org.). **Trabalho, educação, estado e a crítica marxista**. Fortaleza: Edições UFC, 2011. p. 197-224.

LOWY, Michael. A alternativa ecossocialista. In: MELO, João Alfredo Teles (org.). **Direito ambiental, luta social e ecossocialismo**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2010. p. 224-232.

MENDES, José Ernandi *et al*. From alienation to solidarity: educational perspectives and possibilities in Brazil and the UK. **Beijing International Review of Education**, v. 2, n. 4, p. 571-589, 2020. Disponível em: https://brill.com/view/journals/bire/2/4/article-p571_571.xml?language=en. Acesso em: 10 jan. 2021.

OLIVEIRA, Diana Nara da Silva. **A educação do/ no campo em escola de Assentamento de Reforma Agrária em Jaguaruana/Ceará**. 2017. 141 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Ensino) – Universidade Estadual do Ceará (UECE), Limoeiro do Norte, CE, 2017.

OLIVEIRA, Maria José Alves de Freitas. **Educação, trabalho e resistência da agricultura familiar camponesa na Chapada do Apodi – Ceará**. 2016. 132 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Ensino) – Universidade Estadual do Ceará (UECE), Limoeiro do Norte, CE, 2016.

PONTES, Andrezza Graziella Veríssimo. *Et al*. Os perímetros irrigados como estratégia geopolítica para o desenvolvimento do semiárido e suas implicações à saúde, ao trabalho e ao ambiente. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 11, p. 3213-3222, nov. 2013.

RIGOTTO, Raquel (org.). **Agrotóxicos, trabalho e saúde**: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe. Fortaleza: UFC/Expressão Popular, 2011.

SILVA, Josélia Saraiva e. **Habitus docente e representação social do “ensinar Geografia” na Educação Básica de Teresina-Piauí**. 2007. 193 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, 2007.

SILVA, Mila Nayane da. **Aprendizados e insurgências das mulheres na Luta Pela Terra**. 2019. 172 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Ensino) – Universidade Estadual do Ceará (UECE), Limoeiro do Norte, CE, 2019.

SGUISSARDI, Valdemar. Universidade no Brasil dos modelos clássicos aos modelos de ocasião? In: MOROSINI, Marília (org.). **A Universidade no Brasil**: concepções e modelos. Brasília, DF: INEP/MEC, 2011. p. 67 a 91.

*Recebido em: 15/11/2020
Aprovado em: 26/01/2021*



Este é um artigo publicado em acesso aberto sob uma licença Creative Commons.